

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA**

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM
PLANALTINA/GO-UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ZAIDA
BOAVENTURA**

YURI MENESES LINHARES

PLANALTINA/DF-2014

YURI MENESES LINHARES

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM
PLANALTINA/GO-UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ZAIDA
BOAVENTURA**

Relatório de Estágio Supervisionado entregue
à Faculdade UnB Planaltina para a obtenção
do título de bacharel em Gestão do
Agronegócio.

Orientador: PhD. Luiz Guilherme de Oliveira

Coorientador (a): Msc. Vanessa Cabral

PLANALTINA/DF-2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus que me permitiu chegar até aqui e me proporcionou inteligência e perseverança neste momento decisivo.

Aos meus pais José Ribamar e Ana Maria, que com muita dificuldade trabalham para me darem condições de chegarem até aqui, e também aos meus irmãos Igor e Iorrane, que apesar de nossas diferenças quando podem colaboram comigo.

À minha avó Antonieta Menezes, ao se portar muitas vezes como uma segunda mãe e dar-me condições em um momento da vida de poder dar uma educação escolar que meus pais não puderam me proporcionar.

Ao meu orientador, o Sr. Pós –Doutor Luiz Guilherme de Oliveira por confiar no meu trabalho e aceitar este projeto . A minha coorientadora, Mestre Vanessa Cabral que pode me acompanhar a maior parte do tempo, me deu direcionamento e pôde me auxiliar nas principais dúvidas relacionadas ao problema de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores com que tive disciplinas nesses quatro anos de curso, e a seu puderam passar seu conhecimento, em especial aos professores: William Santana e Ricardo Neder, que me orientaram em projetos de pesquisa, Andrea Gonçalves ao proporcionar-me uma experiência de intercâmbio em Portugal, ao professor Reinaldo Miranda, pelo seu trabalho como coordenador do curso, a Fernanda Nascimento pela pro atividade com as atividades do curso e a professora Donária Duarte por ter sido minha orientadora em monitoria de disciplina.

Aos amigos que fiz no curso e foram importantes nos anos acadêmicos, especialmente com a formação dos grupos de pesquisa. Eles são: Genebaldo Rios, Jordan Oliveira, Everton Araújo, Caio Campos, Isabella Mattos, Wesley Mesquita, Fernanda Kotinik.

Aos amigos que conheci em Portugal e foram presentes nos cinco meses que por lá passei: Tiago Fidalgo, Daniel Nobre, Carlos Rodrigues, Raquel Faria, Cláudia Reis e Rita Barreiros.

E por fim, a toda equipe da Escola Professora Zaida Boaventura, que me permitiu elaborar o relatório de estágio, e especialmente: a ex-diretora Azenate Ricardo e a atual diretora Vania Xavier, principalmente por me liberarem nos momentos de realizar a pesquisa acadêmica, e outras responsáveis por informações, entrevistas, esclarecer dúvidas, como: Eleusa Brito, Marivone Xavier, Edna Ferreira, Maria de Lourdes Pires,

Ana Alice Ferraz, Karla Coimbra e Ana Paula.

Lista de siglas

CAE-Conselhos de Alimentação Escolar

CECANE-Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar.

CGU-Controladoria Geral da União

CME-Campanha de Merenda Escolar

CNME-Campanha Nacional de Merenda Escolar

DRI-*Dietary Reference Intakes* (Ingestão Dietética de Referência)

EE-Entidade Executora

FAO- *Food and Agriculture Organization for United Nations* (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

FENAME-Fundação Nacional de Merenda Escolar

FNDE-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GO-Goiás

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOM *Institute of Medicine*-Instituto de Medicina

INAN-Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INDEP-Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação e Pesquisa

MEC-Ministério da Educação

OPS-Organização Pan-americana de Saúde

PAA-Programa de Aquisição de Alimentos

PAIE-Programa de Alimentação dos Irmãos dos Escolares

PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAN-Programa Nacional de Alimentação e Nutrição

RIDE-Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SAPS-Serviço de Alimentação e Previdência Social

SEAGRI/DF-Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

TCU-Tribunal de Contas da União

UNICEF- Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas (*United Nations Children's Fund*)

USAID- Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (*United States Agency for International Development*).

RESUMO

O presente trabalho busca estudar o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um colégio do município de Planaltina/GO, sob o foco da importância da alimentação escolar para o aprendizado dos estudantes. O fornecimento de refeição aos estudantes, torna-se tão fundamental quanto o ensino dos conhecimentos pedagógicos, já que interfere diretamente na capacidade raciocínio e desenvolvimento de sua coordenação motora, como também formar bons hábitos alimentares e trazer segurança alimentar e nutricional aos contemplados. Os estudos que apontam os fatores benéficos da alimentação escolar mostram que as habilidades podem ser desenvolvidas, a formação de bons hábitos alimentares, a capacidade física, a memória e o fluxo de energia no cérebro. No Brasil, a importância da alimentação surge em 1930, com a iniciativa de particulares. Em 1950, o Governo Federal institui a Campanha Nacional de Merenda Escolar, de forma a tornar o programa acessível a todo o território brasileiro. Em 1994, e depois atualizada em 2009 é instituída uma lei que descentraliza o PNAE, para que os estados e municípios possam ter liberdade em suas compras institucionais, elaborar cardápios mais condizentes com a realidade regional, contar com a participação dos atores que administram o programa de forma local para o direcionamento das verbas. Como objetivo geral analisar se os recursos disponibilizados à escola são suficientes para satisfazer o estudante de acordo com sua necessidade nutricional. A metodologia utilizada na pesquisa foi um estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas aos responsáveis locais que: elaboram os cardápios, direcionam os recursos, que podem comparar o programa em âmbito municipal. Foi percebido durante as entrevistas, que apesar dos recursos financeiros serem insuficientes para comprar os alimentos em sua totalidade, o cardápio escolar deixa as crianças satisfeitas e atende sua necessidade nutricional.

Palavras-chave: PNAE, alimentação escolar, segurança alimentar e nutricional.

Lista de figuras

Figura 01. Estrutura Organizacional-Escola Zaida Boaventura.....	13
--	----

Lista de tabelas

Tabela 01. Fórmulas de cálculo que as escolas usam para destinar o dinheiro alimentação escolar por segmento estudantil.....	27
Tabela 02. Valor da oferta de energia (Kcal)- FAO/2001, para as refeições do público beneficiário do PNAE de acordo com o percentual da necessidade diária a ser coberta pela escola.	30
Tabela 03. Valores mensais recebidos pela Escola Professora Boaventura em 2014, de acordo com o Censo Escolar de 2013, através da fórmula: número de alunos x dias letivos x valor per capita.....	33
Tabela 04: comparativo do cardápio adaptado pela escola com o cardápio elaborado pelas nutricionistas municipais para o Ensino Fundamental.....	36
Tabela 05: comparativo do cardápio adaptado pela escola com o cardápio elaborado pelas nutricionistas municipais para o café da manhã e lanche do Mais Educação..	37
Tabela 06: comparativo do cardápio adaptado pela escola com o cardápio elaborado pelas nutricionistas municipais para o almoço do Mais Educação.....	37

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Objetivo geral	11
1.2Objetivos específicos	11
1.3 Caracterização da organização	12
1.4 Estrutura Organizacional.....	13
1.5Justificativa.....	14
2.REFERENCIALTEÓRICO.....	15
2.1A fome no mundo.....	15
2.2 A Importância da alimentação.....	15
2.3 A merenda escolar no mundo.....	17
2.3.1 A merenda escolar no Brasil.....	18
2.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil.....	22
2.4.1 A descentralização do PNAE.....	25
2.4.2 O PNAE em Planaltina de Goiás.....	28
2.5 Valores nutricionais.....	29
3. METODOLOGIA.....	31
3.1 RESULTADOS.....	32
4. CONCLUSÃO.....	40
5. REFERÊNCIAS.....	42
6. APÊNDICE.....	46

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar é um fator que as pessoas recebem lições e ensinamentos de modo que possam aprender atividades intelectuais e desenvolva sua coordenação psicomotora a fim de que possam preciso garantir formas que assegurem o aluno no recinto educacional, como prover recursos materiais, humanos, mantê-los e revisá-los se já estiverem ultrapassados, a alimentação escolar se insere nesse contexto. A fim de retificar esse pensamento, a carta de *Declaração Universal dos Direitos Humanos: Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda do meio de subsistência fora de seu controle.* (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Na segunda metade do século XX, a subnutrição na infância era uma questão de saúde pública. Para amenizar em parte essa questão, foram distribuídos leites de forma livre que eram excedentes de produção, porém o programa foi suspenso quando a bebida começou a faltar para os produtores. (Stefanini, 1997). Castro (1984) afirma que nesses países a população de subnutridos era de dois terços, sendo que em outras regiões a desnutrição era total, se apresentando também na forma habitacional e de vestuário; uma alta taxa de analfabetos, que chegava a 75% de pessoas; as doenças comuns atingiam a metade da população latino-americana e quase 70 da população não tinham acesso aos programas assistenciais. (Castro, 1984) O estado nutricional das pessoas procura responder a satisfação de suas necessidades básicas e não somente a oferta e a facilidade com que os alimentos se encontram, mas também a adequação e variedade nutricional da dieta, e parâmetros de habitação, saneamento e saúde. (STEFANINI, 1997)

Com o intuito de aproveitar essas demandas nacional e global, o Estado brasileiro já notava a necessidade da alimentação. No mundo, a problemática da alimentação tem registros da década de 1930, um período que trouxe reflexos da Primeira Guerra Mundial, onde não só a fome e a desnutrição estavam no debate, mas ainda que a questões sociais, econômicas e de segurança nacional interviam na subsistência alimentar. (BARROS & TARTAGLIA, 2003).

Nesse período pós-guerra, os países passavam, portanto por uma época de recessão, o que fazia que nações inteiras estivessem esfaceladas quanto a seus recursos naturais e econômicos, tanto que há relatos que de 1915 a 1935, muitas instituições científicas foram criadas, em diferentes países da Europa, Ásia e América, com a intenção de estudar a questão e de propor soluções para os “sistemas alimentares” enfrentados pelo mundo. (COIMBRA *et. al.* . *apud* BARROS & TARTAGLIA).

No Brasil, a partir do princípio do século XX, há uma série de esforços partidos primeiramente por nutrólogos, que tinham como objetivos atuar contra a desnutrição de mulheres e crianças, chamada assim de “grupos vulneráveis”. As ações foram denominadas “Movimento contra a Carestia” (1914), os “Comitês de Combate à Fome” (1918) e a “Marcha da Fome” (1930), denominados assim como movimentos para acabar com a fome no país. (Arruda & Almeida, 2005). Por volta da primeira metade do século. XX começa a difundir-se a alimentação escolar, de maneira voluntária através da atual Associação de Pais e Mestres, sendo que a “sopa escolar” era produzida na própria comunidade do bairro e depois repassada como merenda aos estudantes, e tinha o objetivo de diminuir a fome das crianças que não haviam ingerido qualquer alimento. Nesse período a desnutrição ainda não era definida, pois os estudos da época não eram muitos avançados com relação quesito. (SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO, 2014).

Ao analisar essa necessidade, o Governo Federal lança em 1954, a Campanha da Merenda Escolar (CME), e seus primeiros assistidos envolviam escolas da região Nordeste. Assim, a política alcançou escala nacional, foi gerida sob diversas denominações, devido a todas as alternâncias de poder e a partir de 1988 passou a ser um direito constitucional (*são direitos sociais, a educação, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*). (BELIK *et. al.*).

Atualmente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), como um marco regulatório no ano de 1968 com vistas a arrecadar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de ensino e pesquisa, tanto para alimentação escolar como para bolsas de estudo que tem por objetivo as ações suplementares voltadas a educação, portanto esse programa representava um princípio do atual que não tinha um marco regulatório muito efetivo e a entrega dos alimentos

era feita de maneira mais informal.. Antes de o programa ser lançado, alguns estados com mais recursos faziam de forma autônoma a distribuição alimentar, isso funciona em 1930. A partir de 1950, foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar com vistas a tornar nacional o que já estava sendo feito pelos Estados, e assim se tinha como principal objetivo colaborar para amenizar as condições nutricionais e de saúde dos estudantes, e o fornecimento de suplementação alimentar, sua composição nutritiva visava fornecer 15% a 30% das necessidades nutricionais dos alunos. (STEFANINI, 1997).

O PNAE é hoje a política pública mais antiga do Governo Federal, mas até chegar a atual denominação muitas mudanças foram realizadas, como a titulação do programa, a forma em que os recursos eram distribuídos, as legislações que foram criadas para apoiar a política pública, os teóricos que referenciam esse tema. Para 2014, o programa espera atender 43 milhões de alunos inscritos na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos O orçamento para este ano está previsto em R\$ 3,5 bilhões, sendo que desse valor, 30 % deve ser gasto com alimentos que pertençam a Agricultura Familiar, de forma que estimule o desenvolvimento regional e sustentável. (FNDE, 2014).

Com base no contexto apresentado este trabalho, tem como pergunta de pesquisa: os recursos financeiros disponibilizados à escola Zaida Boaventura são suficientes para alimentar os alunos de acordo com a sua necessidade nutricional?

OBJETIVOS

1.1 Geral: analisar se os recursos financeiros disponibilizados à Escola Zaida Boaventura são suficientes para alimentar o estudante de acordo com a sua necessidade nutricional;

1.2Específicos: consultar o cardápio escolar desenvolvido pelas nutricionistas do município

Analisar o cardápio diário oferecido aos alunos;

Verificar as diferenças e similaridades entre os dois cardápios;

Analisar se os alimentos oferecidos aos alunos suprem sua necessidade nutricional.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

O município de Planaltina está localizado no estado de Goiás, distante por 60 km de Brasília e 260 km de Goiânia. (IBGE, 2014) A rede municipal possui 39 escolas na zona urbana e 03 escolas na zona rural. Por estar na zona metropolitana do Distrito Federal, chamada de Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno-RIDE-(LC nº 94/1998) possui mais características do Distrito Federal que do estado de Goiás. A maioria dos moradores utiliza os principais serviços públicos do Distrito Federal, como: saúde, educação, transportes e também ocupam postos de trabalho em Brasília, o que faz com que a cidade se torne dormitório , ou seja ,seus habitantes voltem só para o descanso. Entre as atividades econômicas, destacam-se: comércio, serviços, funcionalismo público e algumas atividades de agronegócio (criação de gado, agricultura).

A Escola Municipal Professora Zaida Boaventura está localizada no bairro do Jardim Paquetá em Planaltina/GO. Ela atua na Educação Infantil e Ensino Fundamental de crianças, nas séries: G04, G05(Pré-Escola), 1º ao 5º ano (Educação Fundamental de 09 anos), Educação Especial/Inclusão e o Projeto Mais Educação (BRASIL, 2010), para alunos que permanecem em período integral na escola, que atende 150 crianças nos dois turnos escolares Ela foi construída em 2002, e começou a receber alunos em 2003. Seu projeto de construção foi patrocinado pelo Fundo Escolar em parceria com o Banco Mundial. O nome da instituição de ensino foi dado em homenagem a professora Zaida Boaventura, por esta ter sido a primeira professora do município e em razão dos bons serviços prestados a comunidade.

1.4-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

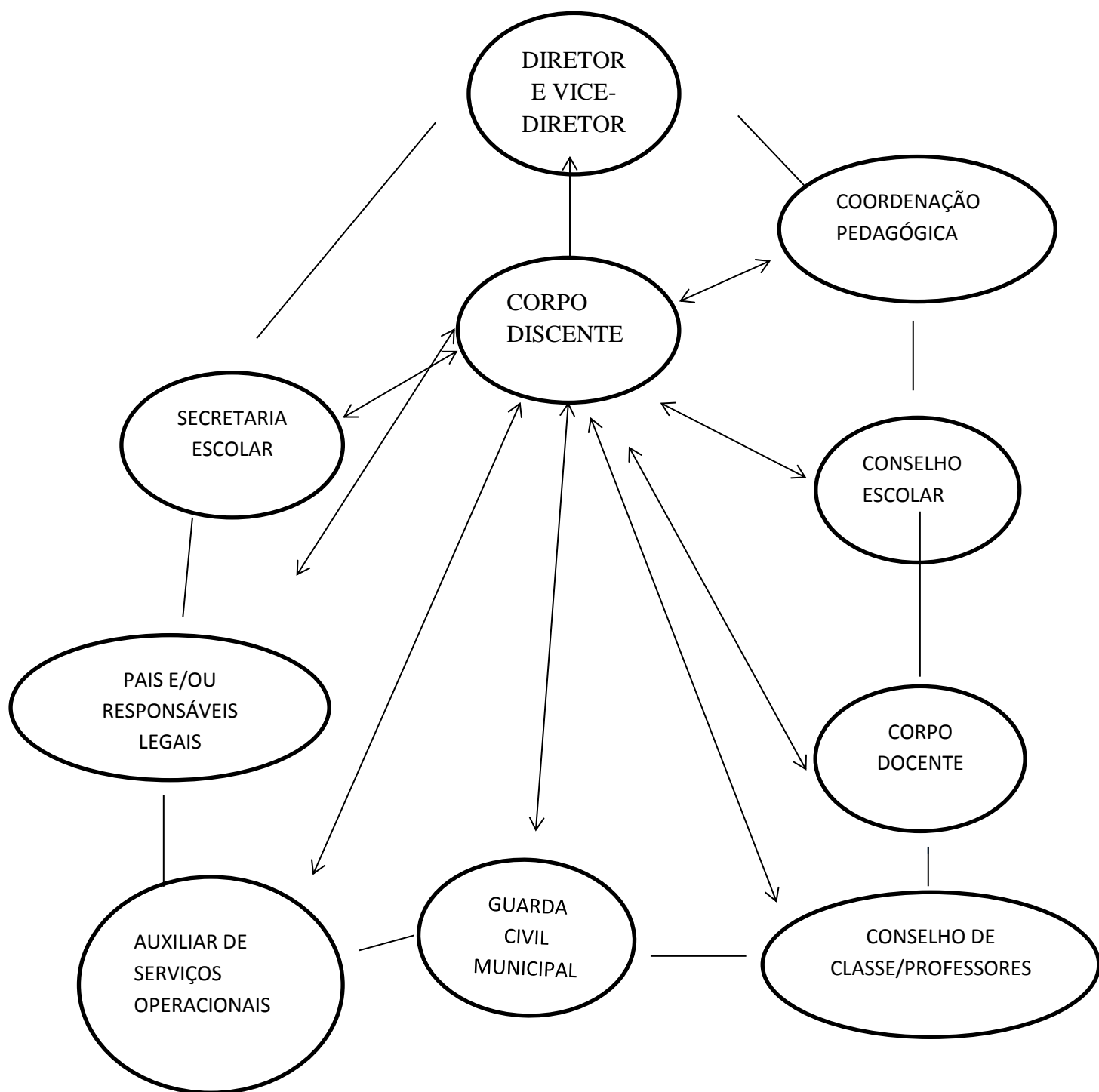


Figura 01: Estrutura organizacional da Escola Zaida Boaventura

JUSTIFICATIVA

Este trabalho acadêmico foi confeccionado com o objetivo da obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

A alimentação escolar é um elemento fundamental para que o estudante possa desempenhar atividades curriculares e extracurriculares, formar bons hábitos alimentares e satisfazer suas necessidades fisiológicas. Ribeiro & Silva, corroboram que uma criança bem alimentada tem disposição e desenvolve suas habilidades sem grandes problemas. Para Abreu (1995), a merenda escolar é a única refeição de muitas crianças em escolas brasileiras. Ele complementa que a merenda escolar é para manter a criança alimentada enquanto estiver na escola, sem considerar suas condições socioeconômicas, e não como elemento para eliminar a desnutrição.

O programa, pelo aspecto financeiro, é patrocinado pelo FNDE, que estabelece os valores a serem contribuídos, de acordo com: período escolar, classe social, tempo de permanência. Para que a política tenha seu devido sucesso, é estabelecido que o Estado subsidiasse a alimentação dos alunos, além de dar suporte como: capacitar profissionais, controle de repasse das verbas, o direcionamento do programa de acordo com o seu fim. O valor financeiro per capita é um ponto que merece destaque, pois é através deste que o programa será financiado, e consequentemente permite que agenda de projetos seja dirigida, assim o recurso financeiro torna-se tão necessário, pois sem essa verba, fica impraticável prover a alimentação aos alunos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A FOME NO MUNDO

A fome, pobreza e a desnutrição são conceitos bastante parecidos, mas que apresentam as suas peculiaridades. De modo simples, a pobreza é condição de não satisfação das necessidades humanas elementares como a comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre outras.

Monteiro (2003) apresenta-nos a desnutrição e fome sob suas diferenças, apesar de serem parecidas. Enquanto a desnutrição acontece da quantidade insuficiente de alimentos e nutrientes ingeridos, a fome tem uma definição um tanto confusa, que pode ser a fome aguda, caracterizada por um grande apetite momentâneo ou na forma crônica, quando o indivíduo não tem o que consumir diariamente.

2.2 IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO

A fome ocorre da ausência de nutrientes que afeta boa parte da população, tanto nacional como internacional. Mesmo com grandes conquistas econômicas, sociais, tecnológicas, a falta de refeições para um grande número de pessoas no Brasil persiste. Essa questão está associada à diferenciação de renda, assim a falta de capital financeiro ocasiona que 30 milhões de pessoas passem fome, e mais de 65 milhões de pessoas não têm a quantidade mínima de calorias, dessa forma se alimentam indesejavelmente. (FREITAS, 2014).

De acordo com Ribeiro & Silva, uma criança satisfeita mostra disposição e pode aprimorar sua destreza sem maiores problemas. Nesse contexto, o desenvolvimento infantil permeia a prática de recreação, a formação de hábitos mais saudáveis, melhoramento do aprendizado, no sentido de que o foco é a alimentação com qualidade e as formas de contribuição para a criança. A refeição balanceada e controlada em ambiente escolar ou em casa torna a melhorar a aprendizagem, capacidade física, memória, energia para um bom fluxo do cérebro. Desse modo, para que essas características possam ser satisfatórias, a alimentação infantil deve conter carboidratos, lipídios, proteínas, sais minerais, água, fibras, sal, gorduras, vitaminas nas medidas certas, mais a prática de esportes. A escola tem um grande poder de oferecimento dos alimentos, a partir do momento que as crianças a frequentam. Por isso, é fundamental a presença de um nutricionista responsável por elaborar cardápios que preencham as necessidades nutricionais dos alunos e ensinar-lhes a questão de se alimentarem de forma

correta. (RIBEIRO & SILVA, 2013). Para Abreu (1995), a merenda escolar é a sua única refeição de muitas crianças.

Cavalcanti (2009) corrobora que a “a infância corresponde ao período de formação dos hábitos, pois é nessa fase que se constrói a base para os hábitos nutricionais da vida adulta”.

Para que a alimentação possa atender aos valores nutricionais que a criança necessita para poder desempenhar suas funções de educação e recreativas, são necessários os valores nutricionais a seguir: 10% da energia total proveniente de açúcar simples adicionado; 15 a 30% da energia total proveniente de gorduras totais; 10% da energia total proveniente de gordura saturada; 1 % da gordura total proveniente de gordura trans e 1 grama de sal(MEC,2009).

Para Phillipi *apud* Danelon *et. al* , a alimentação é imprescindível para as pessoas durante a vida, mas ela se apresenta mais associada ao desenvolvimento e crescimento na idade escolar, fase que a criança apresenta um metabolismo mais acentuado que na época adulta. Phillipi *et al. apud* Monteiro (2006), além do crescimento e desenvolvimento a refeição escolar deve ser qualitativa e quantitativamente adequada, para que em função disso o organismo tenha um ganho energético a fim de as pessoas puderem executar suas funções e conseqüentemente uma boa saúde. A alimentação também garante o crescimento e previne carências nutricionais (Devicenzi *et. al.* 2004), e Rede Latino-Americana de Alimentação Escolar *apud* Silva corrobora que a alimentação escolar é um direito universal.

A alimentação escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, oferecido durante o período letivo (BRASIL, 2006).

A segurança alimentar tinha como principal ação a autossuficiência produtiva nacional, mas destacando, as dificuldades de alcance dos alimentos por insuficiência de renda (Maluf *et. al*,1996).

Hoffman (1995) diz que a segurança alimentar tem suas limitações e que leva a focar somente a produção e a distribuição dos alimentos.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a

outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

A segurança alimentar e nutricional destina-se à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. (ALAGOAS, 2014).

As ações de Educação Alimentar e Nutricional buscam promover a segurança alimentar e nutricional por meio de ações educativas que levem a práticas alimentares mais adequadas, permitindo às pessoas selecionar e consumir alimentos saudáveis e nutritivos, valorizando a diversidade dos produtos regionais e as vantagens de se aproveitar os alimentos integralmente, reduzindo-se o desperdício. (ALAGOAS, 2014).

2.3 A MERENDA ESCOLAR NO MUNDO

A preocupação com a alimentação não é recente, no século XVIII já se falava do direito a vida e a liberdade das crianças e também as gestantes, já que nessa época a Inglaterra, França e Alemanha haviam iniciado a Revolução Industrial, e as crianças ao invés de ir à escola, brincarem ou se alimentarem eram obrigadas a trabalhar em atividades muito penosas e perigosas a sua faixa etária, de forma a abreviar a infância. Nesse período, já existiam intelectuais que defendiam a abolição do trabalho penoso às crianças e as mulheres grávidas. No século seguinte, a preocupação anterior começava a tomar efeito, pois Estados Unidos e Europa precisavam de fortes e saudáveis para servir principalmente a seus exércitos, e isso exigia que as mães devessem fazer o exame pré-natal, dietas balanceadas e a prevenção de patologias. (Rosen, 1994).

Rosen afirma ainda que os motivos de cuidados com a saúde dos menores eram de cunho político, econômico e humanitário: houve uma redução de nascidos após a segunda metade do século XX e a demanda por jovens fortes e saudáveis para fazerem parte do exército americano. De forma paralela, os Estados Unidos começam a reconquistar mercados, garantir suas colônias e fontes de matéria-prima, portanto em consequência com as políticas alimentares e nutricionais existentes (Rosen, 1994).

Na Europa, a partir do séc. XVIII, algumas medidas são tomadas a fim de gerir sob condições melhores os serviços básicos de saúde. Os países que iniciaram os serviços médicos foram: França, Alemanha, Suécia, Bélgica e Inglaterra. Nos Estados Unidos, o movimento por alimentação escolar começa no século XX, de forma a auxiliar a dieta das crianças mal

nutridas, a merenda era oferecida à hora do almoço, às crianças de baixa renda. Em 1940, quarenta e cinco estados americanos participavam da política pública de distribuição alimentar, e desde então se tornou um componente curricular da educação infantil, fundamental e ensino médio. (Stefanini, 1997). Concomitantemente aos Estados Unidos, a Europa e o Japão já eram voltados principalmente à situação nutricional dos alunos. Este tinha um programa desde o início do século passado para crianças pobres e sem nutrição básica, que obteve sucesso, atingiu seu ápice e até o momento atende a maioria dos estudantes da educação infantil até o ensino médio. Na Inglaterra, no mesmo período o governo interveio depois da Crise da Bolsa de Valores de Nova York, resultando desnutrição comum e consequentemente o desemprego, a ação estendeu-se ainda no período pós Segunda Guerra Mundial, pois se acabaram os alimentos estavam em pequenas quantidades, havia recessão de serviços de base e a preocupação de proteger as pessoas.

2.3.1 A MERENDA ESCOLAR NO BRASIL

No Brasil, o contexto de alimentação e saúde pública, teve seu impulso em 1920, num histórico que envolve o êxodo rural e o estabelecimento das pessoas nas cidades, com novos trabalhos nas indústrias que à época eram inauguradas. O governo na década seguinte, fruto da Revolução de 1930, vinha para assegurar políticas relacionadas ao bem-estar social. A política de saúde e educação teve seu princípio com o Ministério da Saúde e Educação. A alimentação e nutrição nesse tempo exigiam um conhecimento mais especializado, através de correntes teórico-científicas criadas em diversos lugares, com a missão de estudarem a os aspectos nutritivo-alimentares. Na mesma época, um grupo de estudos liderado por Josué de Castro (era a primeira pesquisa a ser iniciada efetivamente no Brasil) começava a investigar as questões que estavam no contexto da fome e subnutrição. O inquérito foi realizado com 2585 pessoas, que totalizavam 500 famílias e os dados revelavam que havia uma monotonia nos cardápios, ausência de variedade nos componentes alimentares e a dieta compunha-se somente: farinha com feijão, charque, café e açúcar. (Castro, 1984). Além de Castro, outros seguiram o estudo sobre a segurança nutricional e alimentar como Coimbra, que fez uma análise dos produtos das necessidades comuns das pessoas, o seu foco nessa pesquisa era analisar de forma quantitativa, e não qualitativa o que fez o estudo expôs uma situação alarmante, mas não em toda sua abrangência.(COIMBRA *et. al.*,1982).

Para Batista Filho, o Brasil está preocupado com a questão da alimentação e nutrição há muito tempo. Uma de suas propostas do governo colonial era plantar com mandioca áreas no

Nordeste, que eram tradicionalmente redutos de cana-de-açúcar. Tinha como fim dar mais opções de alimentação a quem participava do monocultivo do açúcar e criar uma comissão para pessoas que sofressem vulnerabilidade econômica, fato que foi agravado pela primeira guerra mundial e significava a inserção formal do governo nessa política pública. A partir da década de 1930, o governo tem uma participação mais ativa com programas que garantem aos trabalhadores que o seu ordenado deve partir de um salário mínimo, e que desse valor 50% deveria ser gasto com alimentação minimamente essencial que pudesse atender os valores energéticos e nutritivos ao corpo. (BATISTA FILHO *apud* STEFANINI).

Nos anos 1940, o governo federal criou um departamento chamado Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) com o objetivo de fornecer alimentação aos trabalhadores que estavam cobertos pelo então Instituto de Aposentadoria e Pensão, e após a criação do programa estabeleceu programas de alimentação escolar e nutricional para filhos de operários, com itens da merenda escolar, como leites e sopas escolares. (ROSENBURG *apud* STEFANINI). No Brasil, a merenda escolar foi implementada em 1942 com a coordenação do SAPS, com o oferecimento, do desjejum escolar no período de 06h30min as 07h30min. Nessa época, a primeira refeição do dia possuía componentes como sanduíches de carne de aves, ovo ou queijo, um copo de leite e uma fruta, todos esses alimentos totalizavam cerca de 450 calorias. Os alimentos deveriam ser, segundo Dante Costa, de preferência sólidos, sem deixar de lado os sucos de fruta e leite, e que tivessem componentes do cardápio regional. (Oficina Sanitária Panamericana, 1954). A Sociedade Brasileira de Alimentação participou de forma aplicada através de um grupo de pensadores da época comandados por José de Castro, com a coordenação de ações institucionais para executar políticas e investigações na área de nutrição. (Coimbra *et.al.* 1982). Na década de 1950, o governo de Getúlio Vargas visou ampliar os programas assistenciais, principalmente devido aos apelos da classe de empregados. A instituição desses programas partia principalmente de organismos internacionais, a saber: Organização Panamericana de Saúde-OPS-, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e Fundo Internacional de Socorro à Infância das Nações Unidas-UNICEF. Essas organizações dirigiam a efetivação de programas e projetos de nutrição, e em grande parte dos países latino-americanos tornavam-se responsáveis por distribuir alimentação gratuita. Uma corrente de intelectuais conduziu alguns trabalhos sob a vertente dos problemas da nutrição na América Latina, com a promoção desses órgãos internacionais acima citados. As reuniões ocorreram sob o formato de conferências em lugares como: Montevideu - realizada em 1948-, Rio de Janeiro-dois anos

após, e tinham recomendações realizar estudos sobre metodologia e práticas alimentares, composição dos alimentos e práticas de alimentação escolar além do enfoque na educação alimentar. A Conferência no Brasil incentivou também premiações e bolsas de estudo, de forma a incentivar recursos humanos para a produção de inquéritos alimentares (STEFANINI, 1997).

Em São Paulo, a alimentação escolar teve início em 1945, pela Diretoria do Serviço de Saúde Escolar com auxílio financeiro a quinze escolas. Um ano depois, as escolas atendidas passaram a quarenta e duas, com 26.700 alunos assistidos, sendo que 1778 alunos recebiam gratuitamente. Para 1947, o programa de alimentação passa a ser com maior abrangência administrando assim 42 escolas, 45.000 estudantes atendidos, e desse número 15.000 recebiam suas refeições gratuitamente. (Coimbra *et al*, 1982). A partir dos anos 1950, foi instituído como política pública pelos Ministérios da Saúde e Educação, estendida pela Campanha Nacional de Merenda Escolar-CNME, pelo Decreto Federal nº 37.106/55.

O decreto, ao instituir a Campanha Nacional de Merenda Escolar, define suas atribuições da seguinte forma: incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares que se destinam a proporcionar a alimentação do aluno, dar assistência técnica ou financeira, estudar e adotar providências destinadas à melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos alimentares, destinadas a seu preparo, promover medidas para aquisição dos produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais.

Antes da lei foram lançadas “Cartilhas da Merenda Escolar”, que serviam de manuais para uma melhor direção e subsídio de alimentação escolar, é destacado ainda neste documento o Programa Nacional de Alimentação Escolar, como um programa necessário contra a fome e a desnutrição. Esse programa foi um marco, pois dava sustentação a todos os outros existentes no país, de forma a dar-lhes orientação técnica e assistência financeira. A merenda escolar, entre outras atribuições, tinha como utilidade o desenvolvimento das atividades educacionais. (Castro *apud* Stefanini) Para Vasconcelos e Stolarski, o PNAE criado em 1954 era um projeto do governo caracterizado de acordo com a realidade alimentar brasileira, com objetivo de conter a fome, retenção nas séries e evasão escolar. No ano de 1955, o primeiro texto que regulamenta o programa vem através do decreto 37.106, que efetiva a Campanha de Merenda Escolar (CME), vinculada ao Ministério da Educação (MEC)-(BRASIL, 1955), para o ano seguinte o decreto 39.007 O texto de lei praticamente não sofre mudanças, mas o nome da

campanha é alterado a fim de valorizar o caráter nacional do programa, com o título de Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME)-(BRASIL, 2012). Após do decreto que regulamentou o programa, chegou a assistir aproximadamente 800.000 crianças com a interlocução do então Ministério da Educação e Cultura com os governos estaduais e municipais. Nesse volume, são destacados os objetivos da merenda escolar, e uma lista de recomendações sobre os alimentos destinados ao preparo das refeições. Fatores como valor nutritivo, preço, aceitação entre os estudantes, melhores dietas conforme peso e altura sugestão de receitas como bolos, doces, mingaus deveriam passar pelos professores, que interpretariam a informação e estes a transmitiriam aos pais (SANTOS & PAES, 1956).

A partir de 1960, a CNME teve seu período mais instável, confuso e contraditório. Aconteceram várias mudanças nas superintendências e o UNICEF é substituído pela United States Agency for International Development-USAID. O acordo com o novo órgão fornecedor estabeleceu que o produto que fosse usado na merenda escolar devesse vir com dizeres que remetesse aos Estados Unidos. Essa nova política de distribuição foi um tanto um tanto prejudicial conforme o governo brasileiro tivesse um pensamento diferente dos Estados Unidos, de forma que a preocupação com o governo comunista de João Goulart fez Washington não mandar nenhuma remessa de alimentos. Nos anos que seguiram os governos militares, as encomendas tornaram-se mais generosas, sendo que em 1964 houve a entrega de quase 20000 toneladas e no ano seguinte, aproximadamente 45000 toneladas. (NEVES, 1965).

O programa após o golpe militar tem alterações marcantes na política de alimentação escolar, com relação a sua concepção, formas de incentivo da campanha e alcance territorial. Novamente, o nome passa por uma alteração, passando a chamar-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Os Superintendentes e seus subordinados permaneceram o tempo todo no cargo, os programas de alimentos forneciam os gêneros quase em sua totalidade, há uma abrangência maciça nos estados e municípios, com um Estado assegurador de ações sociais. Nos períodos de 1967 a 1980, os relatórios do programa diziam que os recursos estavam escassos e mal distribuídos. O paradigma nutricional parecia ser atual, mas não passava do mesmo ideal de 1930. Para Coimbra, havia duas vertentes para os ideais de nutrição: a primeira mostrava a visão de universidades e centros de pesquisa que tinham um olhar mais voltado para um tratamento laboratorial e experimental dos problemas da alimentação humana, já a segunda vertente era mais identificada para com o Estado, pelo fato

de Dante da Costa e Josué de Castro ser mais engajados politicamente e concordarem que a alimentação estava mais ligada à causa social, e assim era preciso entender a sociedade como um todo. (STEFANINI, 1997; STORLARSKI, 2005; SOBRAL; COSTA; TURPIN *apud* MACHADO, 2013).

Em 1976, o programa era administrado pela CNAE, mas passa a fazer parte do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição II (PRONAN II) criado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), de forma a priorizar o atendimento a crianças e mulheres grávidas, além de regular sobre a suplementação alimentar, o auxílio e fomento ao pequeno produtor rural, o combate às carências específicas, a alimentação de empregados e o investimento em pesquisas. Como forma de complementação desse programa, havia em paralelo o Programa de Alimentação dos Irmãos dos Escolares-PAIE que tinha como função dar refeições a irmãos de estudantes que não frequentavam a escola. (SILVA *apud* MACHADO).

Para os anos 1980, a política pública tem como transformações a criação da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), resultado da fusão entre o Instituto de Assistência ao Educando (INAE) e a Fundação Nacional de Merenda Escolar (FENAME), e o PNAE passa a ser subordinado a FAE (COSTA, 2004). A alimentação escolar só se torna um direito constitucional em 1988, passa a abranger caráter nacional a partir do processo de redemocratização, assegurando o repasse de verbas da União às escolas que atendiam creches, pré-escolas e alunos do ensino fundamental, dando princípio ao processo de descentralização. (STURION *et al.*, 2005; STORLASKI, 2005). No período do governo Collor de Melo, algumas denúncias de irregularidade a envolverem o PNAE. O programa foi investigado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) além de ser realizada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Entre as evidências localizadas, grandes quantias de dinheiro desviadas, fraudes no processo da compra dos alimentos, além de cartelização no mercado de alimentos .

2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO BRASIL

O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi criado pelo decreto 37.106 de 31 de março de 1955 e como última revogação pela lei 11.947/, de 16 /06/ 2009, visava o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos e também a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da alimentação escolar e educação alimentar e

nutricional. (BRASIL, 2014). Para Danelon *et al.* (2006) ,o PNAE é um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar , destacando-se pela continuidade ,dimensão e pelos expressivos investimentos.

Dentre seus princípios e diretrizes, definidos, respectivamente, nos arts. 2º e 3º da Resolução/CD/FNDE N.º 38/2009 (2009), destacam-se:

O direito à alimentação, a universalidade; sustentabilidade e continuidade, equidade, participação comunitária; a utilização de alimentação saudável, a promoção de ações educativas transversais e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Como objetivo, o PNAE contribui para o crescimento e o desenvolvimento psicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais na decorrência do período letivo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

A partir da Resolução FNDE/CD nº 38/2009, o PNAE ao transferir os recursos financeiros em caráter complementar, garante no mínimo 20% das necessidades diárias dos alunos matriculados na educação básica em período parcial, para uma refeição, se nessas condições forem oferecidas duas ou mais refeições a necessidade nutricional a ser coberta deve ser 30%. Para escolas em localidades indígenas ou de quilombolas, as necessidades nutricionais a serem cobertas devem ser de no mínimo 30%. Se o indígena ou quilombola permanecer em período integral na unidade escolar, as necessidades nutricionais diárias devem ser de 70%. Essas recomendações nutricionais têm por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuir para o desenvolvimento e crescimento dos estudantes; colaborar para a aprendizagem e o rendimento nas atividades escolares; visa a formação de hábitos alimentares saudáveis ,dinamizar a economia local , e auxiliar para o compromisso com os hábitos da região e o potencial agrícola regional.(BRASIL,2006).

O público alvo do PNAE é composto por estudantes matriculados na educação infantil (em creches e pré-escolas) e ensino fundamental nas séries de 1ª a 8ª(hoje 1º ao 9º ano) de redes públicas e financiadas por entidades filantrópicas, desde que cadastradas no Censo Escolar e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social. A partir de 2003, começam a serem

atendidos os indígenas (PNAE Indígena). (BELIK *et. al.* 2013). Para Oliveira (2013), “o PNAE é um programa que visa beneficiar os alunos das escolas públicas com uma alimentação saudável com qualidade e também visa o fortalecimento e incentivo a produção da agricultura familiar”.

Por meio da distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares, o programa visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, bem como para a formação de bons hábitos alimentares. (Danelon, 2006).

Para Silva (2009), o PNAE ocupa um espaço desejado nas políticas sociais, mas não possui avaliações duradouras e efetivas, que possam direcioná-lo ou passe por uma reformulação de forma a aproveitar os recursos utilizados a fim de identificar os pontos a melhorar e as potencialidades do programa, a fim de alcançar os resultados esperados. Del Grossi *et. al.*(2010), afirma que entre suas últimas atualizações a lei do PNAE orientou que 30% das compras institucionais deveriam vir da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações, de forma a privilegiar os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. Outro programa que atua em conjunto com o PNAE, mas que não tem como principal fim o abastecimento às escolas é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Enquanto o PNAE tem como foco distribuir alimentos para alunos durante o período em que estiver na escola, de forma a garantir que as necessidades nutricionais do período letivo sejam atendidas, o PAA foi lançado com uma vertente que procurava principalmente incentivar a Agricultura Familiar de forma a promover o fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento dos alimentos e industrialização e à geração de renda (BRASIL, 2003). De acordo com a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI/DF), o PAA é uma ação do Governo Federal por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS em parceria com a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural para consolidar a agricultura familiar local com a compra da produção. Depois, esses alimentos são repassados a entidades Socioassistenciais, beneficiando milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. (SEAGRI/DF, 2014).

2.4.1 A DESCENTRALIZAÇÃO DO PNAE

A partir de 1994 (esta lei de 1994, foi revogada e substituída por um texto mais atual, a lei nº 11.947/2009), o programa adota um novo modelo de gestão, passa a ser administrado de forma descentralizada, sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação-MEC. Quanto às atribuições do FNDE, este ficava incumbido de repassar os recursos aos Estados e municípios, e estes, pela complementação das refeições e custos operacionais envolvidos. (FNDE, 2005; STURION, 2002). Isso ocasiona diminuir a atuação do Estado e estimula a participação dos cidadãos no leque de ações de gestão do PNAE. Além do mais, a descentralização buscava formas de manter a regularidade da distribuição de merendas, melhor qualidade das refeições, atender aos hábitos alimentares, diversificar a oferta de alimento, diminuir custos operacionais, incentivar a economia local e regional e aumentar a participação da comunidade local e regional na execução do programa. (Pipitone *et. al.* 2003; Abreu; 1995). A nova forma de gerir o programa faz com que os entes possam efetuar suas compras institucionais com maior margem de escolha, com a utilização de produtos regionais, e consequentemente o poder de compra do Conselho Escolar Local foi efetivado, o que pôde direcionar de melhor maneira os recursos destinados à alimentação.

Como o projeto é descentralizado, vários órgãos instituídos participam do PNAE, de forma que cada ator possui uma função coordenada, são esses: o FNDE-autarquia vinculada ao MEC, responsável por coordenar o PNAE, ao estabelecer normas gerais de execução, controle, monitoramento e avaliação do programa, além de realizar a transferência de recursos financeiros para a aquisição dos gêneros alimentícios, a Entidade Executora-EE, age através das Secretarias de Educação, como órgão responsável para executar o PNAE, inclusive com a utilização e complementação dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, por no mínimo 200(duzentos) dias letivos; o Conselho de Alimentação Escolar- CAE, que é um órgão deliberativo, instituído no âmbito dos Estados, Distrito Federal e municípios, composto de sete membros, sendo: um representante nomeado pelo Poder Executivo, dois representantes nas classes discentes, docentes ou da área de educação; dois representantes do segmento de pais de alunos e dois representantes indicados por entidades civis organizadas. As Unidades Executoras (UEX) serão representadas pelo Conselho Escolar de acordo com o que rege as normas do MEC para as transferências dos recursos. Elas substituem as Caixas Escolares nas Escolas Municipais (MEC, 2009). O Conselho Escolar é um órgão colegiado, formado pela

Direção Escolar e representantes de segmentos da comunidade escolar (alunos matriculados, pais ou responsáveis de alunos, servidores públicos do magistério estáveis na escola e funcionários públicos que tenham atribuições administrativas, devidamente efetivos na Unidade Escolar(PLANALTINA,2009). Como formas de atuação ,os Conselhos Escolares devem exercer suas funções de forma consultiva ,deliberativa e fiscalizadora nas questões de ordem financeira, pedagógica e administrativa. Para movimentar os recursos financeiros, o Secretario Municipal de Educação delega responsabilidades ao Diretor Escolar e ao Presidente do Conselho Escolar(PLANALTINA,2009). Com relação aos cargos do Conselho Escolar ,são compostos da seguinte maneira: o Diretor Escolar ,é seu membro-nato e não pode concorrer aos outros cargos, e a representatividade deve ser: 50% para pais ou responsáveis legais e 50% para servidores do Magistério superior e servidores de funções administrativa e operacional.

Os recursos financeiros têm origem no Tesouro Nacional e são garantidas no Orçamento da União. Essas verbas saem das contas do Tesouro Nacional e ingressam até o FNDE, que serão transferidas às Unidades Executoras, que podem as Secretarias de Educação ou as Unidades Escolares, a depender da forma de descentralização adotada. O FNDE transfere em até 10 parcelas /ano para as Secretarias de Educação de Estados, Municípios e Distrito Federal, creches, pré-escolas e escolas federais a quantia necessária para a aquisição dos gêneros alimentícios. A merenda escolar deve ser fornecida a estudantes da educação infantil (creches e pré-escolas), escolas do ensino fundamental e médio, além das escolas indígenas e as localizadas em áreas de quilombola. A Unidade Escolar para ter acesso à verba do FNDE deve estar cadastrada no Censo Escolar do ano anterior ao ano letivo vigente, independente do número de alunos matriculados no período atual. (MEC, 2009). Para saber o valor que uma escola irá receber para a merenda escolar, o gestor deve calcular o número de alunos matriculados - esses estudantes de acordo com o Censo Escolar do último ano-, que podem ser em igual, maior ou menor quantidade que o ano letivo vigente- multiplicada pelo valor de refeições por cada aluno (conforme a próxima tabela de acordo com idade, série, tempo em que permanece na escola) e por fim, multiplicado pelo número de dias que o estudante frequenta a escola, que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é de, no mínimo, 200(duzentos) dias letivos. Essa resolução regulou Por exemplo, se um colégio atende 400 crianças, por 0,30 centavos cada refeição, com 200dias letivos, temos que seriam destinados R\$ 24.000,00 por ano para essa escola. Na escola Professora Zaida Boaventura, os recursos são destinados da seguinte forma: chegam do FNDE, vão para as contas da Prefeitura

Municipal, que se encarrega de transmitir a verba para cada Unidade Escolar através da conta do Conselho Escolar Local.

Tabela 01: fórmulas de cálculo que as escolas usam para destinar o dinheiro alimentação escolar por segmento estudantil.

Equação do PNAE: de acordo com o perfil dos alunos.		
Educação Convencional	Para Indígenas, Quilombolas e Creche.	Programa Mais Educação
Nº de alunos x dias letivos (200)x R\$ 0,30	Nº de alunos x dias letivos (200)x 0,60	Nº de alunos x dias letivos (200) x 0,90.

Fonte: adaptação da Cartilha de conselheiros do PNAE (2010)

Embora a lei do PNAE não deixe explícita a contrapartida dos entes federativos que serão beneficiários da Alimentação Escolar, mas por interpretação indireta na Constituição Federal diz que o Estado tem o dever de garantir a alimentação na Educação, portanto o ente estatal pode ser tanto a União, como estados, Distrito Federal e Municípios.

Quanto ao montante dos recursos que são repassados às Unidades Executoras são calculados de acordo com o número de alunos matriculados na Educação Infantil, Pré-Escolar, Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Programas de Alimentação Escolar das Unidades Escolares de acordo com o censo escolar do ano anterior.

A contribuição por aluno varia de acordo com as séries cursadas, tempo diário que está na Unidade Escolar, idade, necessidade nutricional e o perfil social do aluno.

De maneira que são: R\$ 0,30 por estudante matriculado no ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA); R\$ 0,50 por estudante matriculado na pré-escola; R\$ 0,60 centavos para estudantes que estejam em escolas de educação básica nas áreas indígenas e áreas remanescentes de quilombos e R\$ 0,90 centavos para os estudantes do Programa Mais Educação; R\$ 1,00 para alunos em creches, que podem ser em áreas urbanas, indígenas e remanescentes quilombos; R\$1,00 para alunos de escola que tenham atividades em tempo integral e permaneçam pelo menos 7horas na escola e R\$ 0,50 para estudantes que façam Atendimento Educacional Especializado no turno contrário (Art. 30, inc.II, da Resolução FNDE/CD nº 38, de 16/07/09, alterado pelo art.. I, inciso II, da Resolução FNDE/CD nº 67 de 2009, alterado pela Resolução 026/2013).

2.4.2 O PNAE em Planaltina- GO:

Na questão educacional, são 42 escolas que pertencem ao Sistema Municipal de Ensino, com 39(trinta e nove) escolas na área urbana e 3(três) na zona rural Todas as escolas recebem os recursos do FNDE através da Unidade Executora- Secretaria Municipal de Educação-, que transfere o montante a cada Unidade Escolar com alunos matriculados na Educação Infantil, Pré-Escolar ,Ensino Fundamental, Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos.(PLANALTINA,2011).

Os produtos destinados ao lanche dos alunos podem ser adquiridos sob duas formas: aquisição mínima obrigatória de produtos básicos na proporção de 70% , que sejam gêneros alimentícios semielaborados e in natura .Esses produtos devem obedecer ,entre outros, requisitos como : hábitos saudáveis, preferências dos alunos, sazonalidade e alimentos com origem regional. Deve conter na Ata de Registro de Preços do Pregão a aquisição desses gêneros a ser realizada na Prefeitura Municipal, assim Unidade Executora pode executar uma ampla pesquisa de preços, que aconteça na própria região, e se necessário fora dela, para ter argumentos sobre possíveis aumentos ou futuros descontos nos preços de gêneros alimentícios. A Unidade Executora deve adquirir no mínimo 30% de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, de forma que seja diversificada, produzida em âmbito local, regional, territorial, estadual e nacional, que sejam da safra do ano de entrega do produto, serem parcelados em tantas parcelas quando necessárias, de forma a considerar a sazonalidade e peculiaridade da agricultura familiar. O cardápio deve ser elaborado por um nutricionista autorizado e que seja cadastrado no FNDE como técnico responsável, que pode ser o profissional que está na própria Unidade Executora, e respeite as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e tradição alimentar da região, com foco na sustentabilidade e diversificação agrícola da localidade. O profissional que elabora a alimentação deve observar aspectos de uma alimentação saudável, atender a no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias por refeição dos alunos, verificar o equilíbrio dietético, de modo a atender melhor a clientela assistida, os cardápios devem ser diferenciados por faixa etária dos estudantes e os que precisarem de atenção, deverão ter alimentos variados, seguros, que representem a cultura, tradição e hábitos alimentares saudáveis, de forma a contribuir para o desenvolvimento e o crescimento dos alunos (Lei 11.947/2009).

O dinheiro recebido para a alimentação deve constar em conta bancária específica, de acordo com as modalidades de atendimento, tal que: alunos matriculados em escolas da educação básica de área urbana e rural, alunos de escolas de educação básica que sejam localizadas em áreas indígenas e alunos de escolas básicas localizadas em áreas remanescentes de quilombolas. (Resolução 038/2009). É imprescindível que essas verbas estejam iguais as que o FNDE depositou nas contas bancárias e que fiquem separadas de outras despesas que não são os alimentos, tais como gás de cozinha, refrigeradores, fogões, armários, entre outros. Esses mobiliários têm verbas próprias e não devem ser comprados com os recursos da Alimentação Escolar. Para saber, se o volume de produtos comprados é suficiente para o recurso, é necessário fazer uma ampla pesquisa de mercado em centrais de abastecimento, atacadistas, mercados municipais, e pode até ser em cidades vizinhas. (Cartilha para os Conselheiros do PNAE, 2010). Se uma compra acima de R\$ 8000, 00, se apresentar mais vantajosa em determinados fornecedores, deve haver um procedimento licitatório para que os fornecedores apresentem suas propostas de preços. A licitação terá dois benefícios: os interessados apresentam suas propostas em igualdade de condições e oferecerem a melhor proposta à prefeitura. Esta deve afixar em um mural visível, os informativos sobre a compra pretendida. Os candidatos que não forem convidados podem apresentar suas ofertas em até 24 horas antes da apresentação das propostas. (Lei 8666/1993). O Sistema de Registro de Preços é também utilizado por muitas prefeituras. Esse parâmetro funciona através de uma grande licitação com todos os produtos da merenda. Os vendedores estabelecem seus preços por cada produto, e a partir deste acordo devem vender pelo valor combinado e o tempo que o contrato estiver em vigência. O FNDE dá ainda a opção de compras de mantimentos pela Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural. Nessa hipótese, a licitação torna-se dispensável, mas o poder municipal deve avisar em jornal de grande circulação, o que quer comprar. (Lei 8.666/93).

2.5 VALORES NUTRICIONAIS

A alimentação escolar busca satisfazer o estudante e fornecer os nutrientes necessários para que o aluno possa desenvolver suas habilidades e colaborar para o seu crescimento e aprendizado. Silva & Gregório corroboram que os cardápios devem ser elaborados por um nutricionista técnico-responsável, devidamente cadastrado, para atender, pelo menos, 20 % das necessidades nutricionais dos estudantes contemplados. A lei de descentralização do PNAE além de liberar a melhor disponibilização dos recursos, ordenou um marco regulatório,

que atribui aos Municípios e Estados a confecção de cardápios de merenda escolar. A Resolução nº 32/2006, complementa que o nutricionista deve ser esse profissional técnico do programa.

Segundo Carvajal *et.al*, a infância é a fase da vida que se define a base da formação do ser humano. Nessa época é que acontece a formação dos hábitos alimentares, por isso uma alimentação salutar torna-se imprescindível. Para que essa educação alimentar seja efetiva, o ambiente escolar possui um papel primordial, de modo que as propriedades dos alimentos são passadas através da educação e consequentemente colaboram a formar bons hábitos alimentares. As necessidades nutricionais dos alunos são seguidas pelo PNAE através de organismos reconhecidos, como: o IOM (Institute of Medicine) /DRI (Dietary Reference Intakes)-Ingestão Dietética de Referência e pela FAO (Food and Agriculture Organization for United Nations) /OMS (Organização Mundial de Saúde)-Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. A primeira escala é mais utilizada por Estados e Canadá, e a segunda pelos outros países. O PNAE adota as duas escalas. As DRI's são utilizadas para a avaliação e planejamento de dieta de indivíduos grupo de indivíduos saudáveis (FNDE,2009).Para a FAO/OMS ,a energia de deposição tem dois componentes: a energia necessária para promover crescimento de tecidos e a energia depositada nesses nutrientes e tecidos. (FAO, 2001 *apud* FNDE/2009).

Tabela 02: Valor da oferta de energia (Kcal)- FAO/2001, adaptado por PNAE (2009) para as refeições do público beneficiário do PNAE de acordo com o percentual da necessidade diária a ser coberta pela escola.

	Energia (Kcal)			
Faixa etária	% em relação à necessidade diária em por aluno beneficiado			
	100% (valor nutricional recomendado por criança)	70% (para escolas localizadas em comunidades indígenas ou quilombolas. Nesse caso, os estudantes devem estar em período integral).	30% (necessidade nutricional diária a ser coberta quando oferecidas duas ou mais refeições).	20% (necessidade diária de alunos matriculados na educação básica em período parcial, para uma refeição).

4-5 anos	1350	945	405	270
6-10 anos	1510	1060	455	300
Ativ. Leve				
11-15 anos	2175	1520	650	435

Fonte: FNDE/ PNAE (2009), adaptado da FAO (2001).

3. METODOLOGIA

Para verificar se os recursos financeiros à Escola Zaida Boaventura são suficientes para alimentar os estudantes de acordo com a sua necessidade nutricional, foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso com uma entrevista semiestruturada, com visitas *in loco* elaboradas para as pessoas competentes: a Presidente do Conselho Escolar, que está no cargo desde setembro de 2013, que pelo Estatuto do Conselho Escolar-Lei nº 757/09, deve possuir representantes de quatro segmentos da comunidade escolar: aluno regularmente matriculado, pais ou responsáveis legais dos alunos, servidores públicos do magistério e servidores públicos do quadro administrativo. O outro roteiro de entrevistas foi dirigido ao nutricionista municipal, que assume a responsabilidade técnica do programa, o diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos alunos, além de planejar, elaborar e acompanhar o cardápio. Cada entrevista será direcionada de acordo com o assunto que é pertinente as funções que executam. O questionário utilizado para dirigir o roteiro, encontra-se nos apêndices deste trabalho acadêmico. Também foram analisados o cardápio elaborado pelo Departamento de Alimentação Escolar e o cardápio adaptado pela Unidade Escolar.

3.1 RESULTADOS

Presidente do Conselho Escolar

Ao começar a entrevista, a professora nos informa que está na unidade escolar desde junho de 2012, que acompanha os processos escolares desde que ingressou no colégio e que está no Conselho Escolar desde setembro de 2013.

Os alimentos escolares para que possam ser distribuídos na escola, precisam antes ser comprados em locais estabelecidos por processo licitatório regulado pela lei 8.666/93. De acordo com requisitos como menor preço, melhor qualidade, quantidade ofertada, um Pregoeiro Municipal realiza uma Chamada Pública, e as empresas que atendam os pontos abordados no edital licitatório, serão as contempladas. A escola deve comprar daquela empresa que ganhou os produtos acordados no contrato, esta deve cumprir por não aumentar os preços sucessivamente (deve ser o preço que já acordou no pregão municipal) e oferecer o produto pedido (pode haver adaptações, caso não tenha em estoque o produto). Os produtos devem também ser comprados em duas proporções: 70% dos alimentos devem vir de gêneros alimentícios semielaborados e in-natura e os outros 30% devem vir da Agricultura Familiar.

Quanto ao valor das verbas per capita para arcar com a merenda escolar, esses foram os valores contemplados: R\$ 0,30 para os alunos do Ensino Fundamental, R\$ 0,50 para os alunos da Educação Infantil, R\$ 0,50 para os estudantes da pré-escola e R\$ 0,90 para o Mais Educação. (Resolução FNDE/CD nº 38, de 16/07/09, alterado pelo art.º I, inciso II, da Resolução FNDE/CD nº 67 de 2009, alterado pela Resolução 026/2013).

Quanto a esses valores, a Escola Professora Zaida Boaventura recebeu as verbas referentes a esses segmentos de acordo com o Censo Escolar de 2013, que disponibilizou os dados de alunos matriculados até o final do ano letivo: foram 150 alunos do Programa Mais Educação, 248 estudantes do Ensino Fundamental, 51 alunos da Educação Infantil e 19 estudantes do Atendimento Educacional Especializado. Os extratos bancários do FNDE, além de orientar o valor a ser gasto por aluno, definem especificadamente o que custear com os produtos semielaborados e in natura e com a Agricultura Familiar.

Tabela 03: Valores mensais recebidos pela Escola Professora Boaventura em 2014, de acordo com o Censo Escolar de 2013, através da fórmula: número de alunos x dias letivos x valor per capita.

Modalidade	de	Porcentagem e valores mensais de quanto gastar (em reais)por
------------	----	--

ensino	segmento:		
	100%(aporte financeiro total recebido pela escola)	70% (porcentagem a ser gasta com produtos semi-elaborados e in natura	30% (valor a ser gasto com produtos da Agricultura Familiar).
Atendimento Educacional Especializado	190,00	133,00	57,00
Educação Infantil	510,00	357,00	153,00
Ensino Fundamental	1488,00	1041,60	446,40
Programa Mais Educação	1800,00	1260,00	540,00

Fonte: valores cedidos pela Escola Municipal Profa. Zaida Boaventura.

Através dos valores financeiros mostrados acima, a escola compra a alimentação que será utilizada no decorrer dos dias letivos. São assim divididos em porcentagens, para que cada valor seja gasto com o que a lei do PNAE define que 70 % são produtos semielaborados e in natura e 30% dos Agricultores Familiares e Produtor Individual Rural. Um ponto interessante a se observar nessa tabela é que o valor calculado por estudante no Mais Educação são R\$ 0,60 na fórmula correspondente ao projeto integral. Isso se justifica, pois, os outros R\$ 0,30 já estão na cota da Educação Fundamental uma vez que os estudantes estudam no período inverso ao projeto, portanto a contribuição é relativa ao almoço e ao café-da-manhã ou lanche, a depender do turno que cursa sua série e que faz os projetos educacionais.

Com relação aos locais que devem ser comprados os alimentos, não há muitas opções, pois eles foram estabelecidos nas empresas cadastradas no certame licitatório, devem ser adquiridos conforme a disponibilidade dos produtos e através das empresas já acordadas no certame licitatório, portanto se houver mais de uma empresa que ofereça o mesmo produto, deve-se escolher dentre elas a melhor opção de compras.

Quanto ao conhecimento dos produtos, as marcas oferecidas são conhecidas e de qualidade. Para o caso de haver alguma intempérie quanto à perecibilidade dos produtos, é feita uma triagem desde a sua entrega e se não estiverem com condições aceitáveis de consumo são devolvidos no mesmo instante. No ato da entrega quesitos como quantidades, pesos e datas de

validade passam por verificações. Se houver irregularidades e o produto for recebido mesmo assim, o responsável será penalizado. Os alimentos a serem escolhidos, passam pelo dinamizador de merenda (professoras responsáveis nas escolas para fazer os pedidos dos alimentos).

Para que os alunos tenham bons hábitos nutricionais, o cardápio deve ser previamente elaborado por um nutricionista responsável (BRASIL, 2009). Este profissional deve enviar os cardápios às escolas para que os alimentos sejam comprados e depois disponibilizados aos estudantes. Mas, eles são adaptados quase sempre, por na maioria das vezes não ter todos os alimentos na dispensa.

Os lanches dos alunos devem fornecer os nutrientes necessários para o estudante satisfazer suas necessidades e colaborar para seu crescimento e aprendizado. A conselheira escolar informou no estudo, que o lanche distribuído é aquém das necessidades e energia dos estudantes. Ela informa ainda, que a merendeira passa na entrada de cada sala e conta o número de alunos presentes para preparar as refeições para esses estudantes. Como nem todos os alunos comem, sobra alimento. A entrevistada ainda se atenta ao fato que as merendas escolares são oferecidas em quantidades menores que a capacidade máxima do recipiente, se tornando insuficiente para o aluno se alimentar de maneira plausível, mas depois explica que é para as refeições darem para todos os alunos.

Quanto aos cardápios elaborados, devem abordar os alimentos da região, alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2009). Na entrevista, os produtos regionais têm uma boa aceitabilidade, e foi interpelado se oficinas temáticas seriam viáveis, mas não se tinha um posicionamento sobre este projeto.

Visando ter uma maior participação da comunidade escolar, pergunta-se o quanto os alunos sugerem lanches mais saborosos, a entrevistada afirma que é feita uma enquete e a partir dela, os alunos votam nos lanches que mais gostam, mas esta enquete não é realizada de forma constante.

Outro ponto abordado no questionamento elaborado era se as notas dos alunos possuíam relação direta com a alimentação escolar, mas a presidente do Conselho Escolar afirmou que apesar da escola ter uma clientela muito carente, não há uma relação direta entre o aprendizado e dificuldade de aprendizagem.

O segmento do Conselho Escolar representado pelos pais, professores, funcionários e servidores administrativos e operacionais (PLANALTINA, 2009) não são muito participativos nas decisões relativas à escola. E quanto aos alunos eles têm noção do quanto à alimentação é imprescindível, pois como abordado antes, são crianças muito carentes, muitas vezes não comem como deveriam em casa e, conseqüentemente, esperam ansiosas o momento da refeição, e se autorizados e tiverem oportunidade optam sempre por repetir a alimentação.

Nutricionista

Para dar prosseguimento ao questionário foi entrevistada outra profissional responsável à alimentação escolar. Segundo a Resolução 026/2013 e a lei 11.947/2009, o nutricionista é o responsável técnico do programa e a partilha dessa atribuição se estende aos demais profissionais lotados na Unidade de Alimentação Escolar. Em Planaltina, este setor se configura no Departamento de Alimentação Escolar, localizado na Secretaria Municipal de Educação. Como principais funções ele deve atuar no diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos alunos, além de planejar, elaborar, acompanhar o cardápio escolar.

Utilizando essas atribuições, a profissional diz que os documentos elaborados para seguir os respectivos lanches são feitos de acordo com as necessidades de macronutrientes: carboidrato (arroz, batata, macarrão), lipídios (óleos, manteiga), proteínas (carne, frango) e os micronutrientes, que são basicamente vitaminas e minerais e estão presentes nas frutas, hortaliças e vegetais.

De acordo com o PNAE, os cardápios precisam também atender aos aspectos sustentáveis e diversificação regional (BRASIL, 2009), e com relação a realidade municipal, no aspecto alimentar são conhecidos por existirem na região, porém no aspecto financeiro deixa-se a desejar pelo valor per capita ser baixo.

A questão de o valor per capita ser baixo, como abordado anteriormente, faz as escolas muitas vezes adaptarem o seu cardápio. Entre os motivos, são apresentados como os principais das mudanças: fornecedores que atrasam as entregas, as verbas insuficientes para atenderem as demandas dos lanches (ex., iogurte com cereal matinal por suco com biscoito), muitos alimentos serem mais caros que outros que seriam oferecidos e também a preferência dos alunos por outros tipos de refeições (fígado por carne cozida, peixe por linguíça).

Como os cardápios em boa parte das ocorrências são alterados em relação ao original, os cardápios adaptados devem acontecer só com aviso prévio. Portanto, a escola deve pedir autorização para ocorrer a mudança, que não deve ser radical. Dessa forma, se outros itens que estiverem para o dia possam ser cumpridos eles devem ser servidos, o que não permite que as merendeiras mudem sem motivos os ingredientes que vão preparar. As adaptações acontecem caso algum fornecedor deixe de entregar algum item ou as refeições não têm boa aceitação pelos alunos ou o item é caro e a escola não tem dinheiro suficiente para comprar. Sendo assim, os cardápios adaptados também suprem as necessidades dos alunos.

Tabela 04: comparativo do cardápio adaptado pela escola com o cardápio elaborado pelas nutricionistas municipais para o Ensino Fundamental.

Cardápio- Escola Zaida Boaventura

Ensino Fundamental

	Manhã-Café da manhã e lanche-tarde		
Período e turno oferecido	Cardápio adaptado na escola	Cardápio elaborado pela Diretoria de Alimentação Escolar (nutricionistas) do município	
02/6-segunda	Arroz doce	Suco com peta	
03/6-terça	Pão c/carne moída, alface e tomate.	Galinhada	
04/6-quarta	Bolo de cenoura c/suco de maracujá (polpa)	Macarrão à bolonhesa. Sobremesa: mamão	
05/6-quinta	Vitamina de banana c/pão	Sanduíche apetitoso com suco	
06/6-sexta	Manhã: Achocolatado com bisnaguinha Tarde: o achocolatado foi substituído por suco	Pão com queijo e vitamina de banana	
09/6-segunda	Suco com peta	Suco com bisnaguinha	
10/6-terça	Leite com bisnaguinha	Arroz com linguiça e abóbora Sobremesa: banana	
11/6-quarta	Suco de maracujá com peta	Suco com bolo de cenoura	

Tabela 05: comparativo do cardápio adaptado pela escola com o cardápio elaborado pelas nutricionistas municipais para o café da manhã e lanche do Mais Educação.

Cardápio Mais Educação

	Manhã-Café da manhã e lanche-tarde		
Período e turno oferecido	Cardápio adaptado na escola	Cardápio elaborado pela Diretoria de Alimentação Escolar (nutricionistas) do município	
02/6-segunda	Arroz doce	Suco com bisnaguinha	
03/6-terça	Pão c/carne moída, alface e milho verde	Mingau de chocolate	
04/6-quarta	Leite com cereal matinal	Suco com biscoito	
05/6-quinta	Vitamina de banana com bolo de cenoura	Peta com leite achocolatado	
06/6-sexta	Não houve*	Suco com bolo de cenoura	
09/6-segunda	Suco de maracujá com pão	Suco com biscoito	
10/6-terça	Suco com pão	Cappuccino com biscoito	
11/6-quarta	Não houve**	Leite achocolatado com bisnaguinha	

*não houve porque o projeto, só acontece de segunda a quinta-feira.

**não ocorreu porque foi o último dia de aula e os alunos foram dispensados mais cedo.

Tabela 06: comparativo do cardápio adaptado pela escola com o cardápio elaborado pelas nutricionistas municipais para o almoço do Mais Educação

Mais Educação

Turno oferecido	Almoço		
Período	Cardápio adaptado na escola	Cardápio elaborado pela Diretoria de Alimentação Escolar (nutricionistas) do município	
02/6-segunda	Arroz, feijão, carne moída e abóbora	Arroz, feijão, carne moída, abóbora refogada e acelga. Sobremesa: banana	
03/6-terça	Arroz, feijão, frango e batata.	Arroz, feijão, carne cozida com mandioca. Sobremesa: laranja	
04/6-quarta	Arroz, feijão, carne moída, abóbora e batata.	Arroz, feijão, frango ao molho. Sobremesa: maçã.	
05/6-quinta	Arroz com cenoura, feijão, frango, alface e tomate.	Arroz, filé de peixe, purê de batatas. Sobremesa: mamão	
06/6-sexta	Não houve*	Macarrão, feijão, linguiça de frango e salada de repolho com tomate.	

			Sobremesa: rapadurinha	
09/6- segunda	Arroz ,feijão, tomate, carne moída, abóbora e batata.		Arroz, feijão, carne moída com batata. Sobremesa: mamão	
10/6-terça	Arroz, feijão, frango e batata.		Arroz com strogonoff de frango e salada de alface com tomate. Bebida: suco	
11/6- quarta	Não houve**		Arroz, feijão, carne cozida, salada de acelga e cenoura. Sobremesa: banana.	

*não houve porque o projeto só acontece de segunda a quinta-feira.**não ocorreu porque foi o último dia de aula e os alunos foram dispensados mais cedo.

A maioria das profissões exige uma formação continuada de forma a abordar práticas ou maneiras que auxiliem nas atividades, com relação à alimentação escolar foi perguntado se existia algum roteiro ou manual de práticas que os profissionais seguem para elaborar o cardápio escolar, as nutricionistas informaram que esses cursos não acontecem com frequência. Como legislação ser seguida, tem-se o texto legal do PNAE que fornece todas as atribuições do nutricionista e o modo de preparo dos pratos escolares. A nutricionista afirma que fez um curso direcionador em alimentação escolar pelo CECANE (Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar) /UnB, há 02 anos.

Além de fornecer alimentação escolar, o PNAE também tem sua visibilidade de como está a saúde de seus assistidos. Então, para saber o estado nutricional de seus alunos, a Secretaria de Educação fez uma parceria com a Secretaria de Saúde para que os dados antropométricos (medidas de peso, altura e idade) fossem levantados, mas os resultados da pesquisa ainda não foram entregues ao Departamento de Alimentação Escolar.

Com relação se já foram realizadas ações e nutricionais com os dirigentes escolares, a entrevistada afirma que estas ações acontecem, mas desde setembro de 2013 não são realizadas, devido a troca de gestão municipal, falta de veículos para visitar as Unidades Escolares e quadro-técnico reduzido. Afirmou ainda que está prevista para agosto desse ano uma série de Oficinas com educação nutricional, visita técnicas e o projeto Educando com a horta Escolar e a Gastronomia, com matérias do currículo escolar com nutrição.

Os processos de aquisição, preparo e distribuição dos alimentos são acompanhados de perto pelo Departamento de Alimentação Escolar .Elas fazem a especificação técnica do alimento ,o quantitativo que cada escola gasta no ano ,os cardápios por modalidade de ensino. O preparo e

a distribuição são acompanhados pela Gerente de Alimentação Escolar (profissional que está na escola), que passam todas as informações as nutricionistas, além do acompanhamento em visitas técnicas. A fim de que os produtos tenham o seu valor nutritivo e sejam saudáveis aos estudantes o PNAE proíbe alguns tipos de alimentos, como: bebidas gaseificadas, enlatados, alimentos mais industrializados, salgadinhos, embutidos (salsichas). Para que os alimentos sejam preparados, o PNAE não exige equipamentos muito sofisticados, são geralmente utensílios de uso doméstico como mobiliários de cozinha que podem ser: fogões, geladeiras, fornos e facas, panelas, pratos.

Foi questionado também quanto a participação das merendeiras e o acompanhamentos dessas profissionais na escola, a nutricionista informa que essas profissionais são acompanhadas pela Gerente de Merenda (professoras que acompanham nas escolas a preparação dos alimentos) que se encarregam de passar tudo às nutricionistas. A nutricionista diz que, se há alguma irregularidade no trabalho, faz-se um relatório e na próxima visita, se os erros não são sanados é efetuada uma advertência. As nutricionistas em geral, são participativas, cobram e são solícitas a tirar dúvidas.

Na questão relativa se o PNAE é solícito aos profissionais participarem tirarem dúvidas foi informado que o PNAE não permite abertura de tirar dúvidas, e também não deixa muitas opções a críticas, sugestões.

Foi questionado sobre o que a descentralização do PNAE trouxe de mudanças ao projeto municipal, foi obtida a resposta não teve mudanças drásticas quanto à preparação dos alimentos, mas agora é mais seguido conforme é prescrito, há uma maior contemplação dentro da realidade do município. A entrevistada citou, por exemplo, que antes vinham muitos alimentos repetidos em kits que eram simplesmente distribuídos. Hoje, com o dinheiro disponibilizado na conta do Conselho Escolar, podem ser comprados alimentos mais novos, diferenciados uns dos outros e mais saborosos.

E por fim, buscando responder se os recursos financeiros direcionados à Escola Zaida Boaventura são suficientes para alimentar os estudantes, temos que, apesar de muito adaptado, a verba financeira se insuficiente e as refeições serem oferecidas em quantidades menores que as recomendadas, o cardápio consegue suprir as necessidades nutricionais dos alunos.

4. CONCLUSÃO

Neste artigo de avaliação acadêmica que teve como intuito analisar se os recursos financeiros disponibilizados à escola Professora Zaida Boaventura, são suficientes para manter os alunos bem alimentados, teve como conclusões as seguintes consequências.

Na parte inicial do trabalho, buscou-se compreender todo o histórico alimentar das crianças em idade escolar pelo Brasil e pelo mundo, com a possibilidade de entender que as crianças passavam muitas dificuldades para que seus direitos mínimos (além da alimentação, educação, saúde) fossem garantidos, e em especial no Brasil que o programa começou de maneira incipiente, sem muitos recursos, e só após algum tempo, o Estado agregou entre suas políticas a alimentação a pessoas em idade escolar. A parte final do trabalho teve como ação a direção de entrevistas às pessoas responsáveis para administrar, fiscalizar, e dirigir as compras institucionais e outro ao responsável para entre outros, avaliar, acompanhar e diagnosticar o estado nutricional dos alunos.

Um aspecto bem instigante na proposta de pesquisa, era com relação a qualidade dos alimentos oferecidos. Ela se mostra aceitável, pois são comprados para o preparo das refeições, produtos de marcas conhecidas e de boa aceitabilidade pela clientela amparada. A questão que os entrevistados não concordam, é o valor financeiro da quantidade dispendida para custear a merenda escolar, visto que a contrapartida dos governos estadual e municipal não acontece, o cardápio escolar torna-se muito adaptado, o que faz os alimentos não serem oferecidos em sua totalidade e consequentemente tenha que escolher os itens “indispensáveis” para que o lanche escolar seja parcialmente oferecido. Mas, mesmo assim o cardápio elaborado supre o estado nutricional dos alunos, de forma que os alimentos substitutos têm semelhante valor nutricional e apresenta valor monetário mais baixo, o que acarreta que podem ser comprados em maiores quantidades que os alimentos inicialmente acordados. O que também faz com que o dinheiro seja “suficiente” para comprar a alimentação é que o governo disponibiliza um valor R\$ 0,20 maior aos alunos da pré-escola com cardápios diferenciados nos aspectos tipos e valores nutricionais recomendados em relação aos alunos do Ensino Fundamental e Mais Educação, porém o alimento das três classes é praticamente o mesmo, o que acarreta uma diferença nos valores e seja suficiente para cobrir essas despesas.

Outro ponto interessante, é que mesmo sendo bastante modificado, há a preocupação dos profissionais de nutrição que os cardápios sejam cumpridos o máximo que puderem, ou seja,

se algum item faltar deve-se cumprir todos os outros, e se houver substituto semelhante ao ingrediente ausente, pode ser incluso no receituário do dia. As refeições não podem ser alteradas por que os profissionais da escola simplesmente acham que deve ser oferecido outro alimento, porque antes disso o valor nutricional diário que os alunos devem ingerir precisa ser cumprido, de forma que as mudanças devem ser anotadas em um caderno de controle, para que a Departamento de Alimentação Escolar possa autorizar as mudanças.

Assim, o que se conclui é que, mesmo com problemas estruturais problemas estruturais como: ausência de verba complementadora, adaptação do cardápio oferecido/desenvolvido pelos nutricionistas e quantidade reduzida de alimento oferecido ao aluno, os recursos disponibilizados à escola são suficientes para atender a necessidade nutricional do aluno. Por fim, este autor propõe que sejam feitas outras pesquisas, que deem alcance a outras escolas e outros municípios.

5. REFERÊNCIAS

ABREU, M; **Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico?**, Em Aberto, Brasília, 1995.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social; **Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em:< <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/>>; acesso em:<20 de junho de 2014>.

.ARRUDA. E.E; ALMEIDA. C.M; **A mercantilização do Programa Nacional de Merenda Escolar**, Revista de Mestrado em Educação, Campo Grande, v. 11, n. 22, p. 88-110, 2005.

BELIK, W *et.al.* **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Local**, 2013
s/d.Disponível em:<<http://www.escoladegestores.inep.gov.br/downloads/artigos/PNAE/PNAE>>. Acesso em:< 20/06/2014>.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**, Saúde e Sociedade/USP, São Paulo, 2003.

BARROS, M.S. C; TARTAGLIA, J.C; **A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas**, Alim. Nutr., Araraquara, v.14, n.1, p. 109-121, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 37106, de 31 de março de 1955. **Institui a campanha escolar**.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.292 p.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília DOU, 22 jun. 1993.

BRASIL. Ministério da Educação, **Manual de orientação para a alimentação escolar na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos** /[organiz. Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos...*et.al*]-2ª ed,-Brasília-PNAE: CECANE/SC,2012.

BRASIL. Ministério da Educação; **Referências Nutricionais** (cartilha), FNDE, Brasília Disponível em:<www.rebrae.com.br>; acesso em:<20 de junho de 2014>.

BRASIL. Ministério da Educação, **RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, DE 16 DE JUNHO DE 2013**, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

BRASIL. Ministério da Educação, **RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 67, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009**, altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

BRASIL. Ministério da Educação, **RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 32, DE 10 DE AGOSTO DE 2006**, estabelece normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

BRASIL. Ministério da Educação, **RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 38, DE 16 DE JULHO DE 2009**, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, **Política de Segurança Alimentar para o Brasil**. Disponível em:<www.fomezero.gov.br>; acesso em:<20 de junho de 2014>.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, dispõe sobre o Programa Mais Educação.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Complementar nº94**, de 19 de fevereiro de 1998, autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

BRASIL, Presidência da República. **Lei 10.696, de 02 de julho de 2003**, dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

BRASIL, Presidência da República, **Lei. 11.346, de 15 de setembro de 2006**, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

BRASIL, Presidência da República, **Lei 11.947/2009**, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** /Tribunal de Contas da União -5ª ed.-Brasília: TCU, 2010.

. CARVAJAL, A.E.S. S; KOEHNLEIN, E.A; BENNEMANN, R.M; **Avaliação da merenda de uma escola municipal de 1ª a 4ª série de Maringá-PR**; Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2009.

CASTRO, J; **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro. Edições Antares. 1984

CAVALCANTI, L.A; **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis**. Dissertação de mestrado; Universidade Católica de Brasília, Brasília; 2009.

COIMBRA, M.; MEIRE, U.F.P.; STARLING, M.B.L. **Comer e aprender. Uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte, Instituto Nacional de Alimentação Escolar-MEC, 1982.

COSTA, L.M.C. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar na perspectiva dos usuários: Um Estudo de Caso**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Fortaleza: UFCE, 2004

DANELON, M.A. S; DANELON, M.S; SILVA, M.V.; **Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas**, Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2006.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

DEL GROSSI, M. & MARQUES, V.P.M.A. & FRANÇA, C.G. **Avanços e desafios das políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. In: Anais do VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas: Alasru, 2010.

DEVICENZI, M.U. *et.al.* **Nutrição e alimentação nos Dois Primeiros Anos de Vida**; Editora de Projetos Médicos-EPM/UNIFESP, São Paulo, 2004.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em:<<http://www.agricultura.df.gov.br/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa-df.html>>; acesso em <20 de junho de 2014>.

FREITAS, E. **Fome no Brasil**. Portal Brasil Escola. Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/brasil/fome-no-brasil.htm>>; acesso em<20 de junho de 2014>.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programas – Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em:< 20 de junho de 2014>.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, **Referências Nutricionais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**, PNAE/FNDE, Brasília, 2009.

GRISA, C; WESZ JUNIOR, V, **Políticas públicas para a agricultura familiar: entre avanços e desafios**, Carta Maior, Brasília, 2010. Disponível em<www.cartamaior.com.br>; acesso em:<19 de junho de 2014>.

HOFFMANN, R. **A insegurança alimentar no Brasil**; Revista Cadernos de Debate, Núcleos de Estudos e Pesquisas em Alimentação/UNICAMP, Campinas, 1994.

HOFFMANN, R. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil**, Scielo Brasil, São Paulo, 1995. Disponível em<www.scielo.br>; acesso em:<20 de junho de 2014>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Goiás. Planaltina. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>; acesso em:<21 de junho de 2014>.

MACHADO, P.M. M; **Características do processo de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo transversal exploratório do universo de municípios brasileiros**; Dissertação de Mestrado; UFSC, Florianópolis, 2013.

MALUF. R.S, MENEZES. F, VALENTE. F.L, **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**; Revista Cadernos de Debate. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Unicamp, Campinas, 1996.

MARTINS, R.C. B *et.al*, **Aceitabilidade da Alimentação Escolar no Ensino Público Fundamental**; Saúde em Revista ,Piracicaba ,2004.

MONTEIRO, C.A; **A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil**. Scielo Brasil/Estudos Avançados, São Paulo, 2003. Disponível em<www.scielo.br>, acesso em:<21 de junho de 2014>

MONTEIRO, C.A; **Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica**; Scielo Brasil/Saúde e Sociedade, 2013. Disponível em<www.scielo.br>, acesso em:<20 de junho de 2014>

NABUCO. J.V.; LIRA-DA-SILVA, J.R.; ARAÚJO, B.R.N.; LIRA-DA-SILVA, R.M.; **Como é preparada a merenda escolar?** Pôster, Centro Avançado de Ciências, Projeto Social de Educação, Vocação e Divulgação Científica, Instituto de Biologia, UFBA, Salvador ,2010.

NEVES, L. **A assistência social ao escolar e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Conselho Federal de Educação, 1965. p. 63

OFICINA SANITÁRIA PANAMERICANA. **Terceira Conferência sobre los problemas Nutricion en la America Latina** - Caracas, Venezuela, FAO/OMS, Dec, 1954 (Publicaciones Científicas, nº 12).

OLIVEIRA, L.L. N; **Relatório de Estágio Supervisionado-Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PLANALTINA-GO. Lei 757, de 29 de maio de 2009. **Cria os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Planaltina-GO.**

PLANALTINA-GO. Lei 883, de 18 de julho de 2011. **Institui e regulamenta a escolarização da alimentação escolar nas Unidades Escolares da Rede Pública Municipal.**

PIPITONE, *et.al* **Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa de alimentação escolar** ,Scielo Brasil /Revista de Nutrição,Campinas,2003.Acesso em:<www.scielo.br>; disponível em:<20 de junho de 2014>

PHILIPPI, S.T; CRUZ, A.T. R; COLUCCI, A.C. A; **Pirâmide alimentar para crianças de 2 a 3 anos**. Scielo Brasil /Revista de Nutrição, Campinas, 2003. Acesso em:<www.scielo.br>; disponível em:<20 de junho de 2014>.

.

RIBEIRO, G.N. M; SILVA, J.B. L; **A alimentação no processo de aprendizagem**, Revista Eventos Pedagógicos, v.4, n.2, p. 77 - 85 ago. – dez. 2013;

ROSEN, G. **Uma história da Saúde pública**. trad: Marcos Fernando da Silva et al.. São Paulo, HUCITEC/Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. **A evolução do programa de alimentação escolar no Brasil**. Disponível em:<<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/>>; acesso em:<20 de junho de 2014>

SANTOS, L.M. P *et. al* **Avaliação de políticas públicas de segurança e combate à fome no período de 1995-2002**.;Cadernos de Saúde Pública ,Rio de Janeiro,2007.

SANTOS, W. & PAES, J.D. org. **Cartilha da Merenda Escolar**. 2ª ed. Ministério da Educação e Cultura, 1956.

SILVA. A.V; **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal: subsídios para o desenvolvimento de uma metodologia**. , Dissertação de mestrado, UFBA/Escola de Nutrição; Salvador, 2009.

SILVA, M.M.D. C; GREGÓRIO. E.L; **Avaliação da composição nutricional dos cardápios da alimentação escolar das escolas da rede municipal de Taquaraçu de Minas – MG**; H.U Revista, Juiz de Fora, 2012.

STEFANINI, M.L. R; **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças**, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Departamento de Nutrição, São Paulo, 1997.

STORLASKI, M. C. **Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: Análise de uma política pública no período de 2003-2004**. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2005.

STURION, G. L. **Programa de Alimentação Escolar: Avaliação do Desempenho em dez Municípios Brasileiros**. 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Engenharia de Alimentos Unicamp: Campinas, 2002.

STURION, G.L. *et al*. **Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil**. Rev. Nutr., 18(2): 167-181 2005.

6. APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

PERGUNTAS DIRIGIDAS A PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR

1)Em que local a senhora compra os alimentos?.

2)Existem opções de local de compra? Por que escolhe este local?

- 3) A senhora considera os alimentos adquiridos de qualidade? Por quê?
- 4) Há quanto tempo a senhora está no cargo e há quanto tempo acompanha a realidade da escola?
- 5) Qual o valor do recurso financeiro recebido por aluno?
- 6) Como são escolhidos os alimentos que compõem a refeição dos alunos?
- 7) Vocês levam em consideração o cardápio montado pelo Estado? Existe uma adaptação?
- 8) Vocês oferecem o alimento que está no cardápio da semana? Por quê?
- 9) O alimento oferecido supre a necessidade do aluno? .
- 10) Os produtos regionais são considerados ao se fazer a compra? Há, por exemplo, a proposta de aulas, oficinas temáticas que explique a importância dos alimentos para a cultura local? Por quê?
- 11) Os alunos sugerem lanches que acham mais saborosos? Eles estão dentro das recomendações nutricionais?
- 12) A senhora tem algum dado ou percebe entre os alunos da escola, que as notas escolares tiveram um progresso devido ao consumo da merenda escolar? Por quê?
- 13) Os outros membros do Conselho Escolar, representando os segmentos de pais, funcionários operacionais, funcionários administrativos acompanham os assuntos relativos à merenda? .
- 14) A comunidade escolar em geral, como os pais ou responsáveis nota a diferença que a alimentação traz às crianças assistidas?

NUTRICIONISTA

- 1) O cardápio montado engloba todos os nutrientes necessários para a alimentação?.
- 2) O cardápio é montado de acordo com a realidade do município?
- 3) O cardápio oferece opções de alimentos?.
- 4) Como a escola adapta o cardápio?
- 5) Se houver alguma adaptação no cardápio da escola, como fazem para que as novas receitas elaboradas possam atender às necessidades nutricionais estabelecidas no cardápio oficial?
- 6) O cardápio da escola supre a necessidade nutricional do aluno?

- .7) O PNAE transmite algum curso ou fornece algum roteiro de práticas que devem seguir ao selecionar os cardápios escolares? Explique.
- .8) A senhora faz algum acompanhamento ou diagnóstico do estado nutricional dos alunos? Explique.
- 9) São realizadas ações educacionais e nutricionais com os dirigentes escolares ? Explique.
- 10) Como vocês acompanham o processo de aquisição ,preparo e distribuição dos alimentos?
- .11) O que não é permitido no processo de elaboração dos lanches?
- 12) Que tipo de equipamentos vocês utilizam nos preparos dos alimentos?
- 13) Vocês fazem acompanhamentos com as merendeiras nas escolas?
- 14) Vocês examinam os alimentos antes do preparo? As merendeiras são participativas quanto em chamá-las se houver qualquer dúvida ou tentam resolver internamente?
- 15) O PNAE permite que vocês façam alguma sugestão ,crítica ou opinião na operacionalização do programa? Se sim, quais as que vocês acham que são as mais pertinentes à política pública?.
- 16) Quais as principais diferenças quando o cardápio era centralizado e passou a ser descentralizado.
- 17) O alimento oferecido (o cardápio real) supre as necessidades dos alunos?
- .

